

***Mariana Transmissora de
Energia Elétrica S.A.***

CNPJ nº 19.486.977/0001-99

***Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em 31 de
Dezembro de 2015 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações
Contábeis Regulatórias***

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Diretores da
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de fevereiro de 2016.

Informações Comparativas – Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas por nós, nem por outros auditores independentes.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC 1 RJ 093.376/O-3

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(Não auditado)</u>
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.925	18.485
Títulos e valores mobiliários	5	9.700	-
Impostos e contribuições sociais	6	204	266
Outras contas a receber		1	-
Total dos ativos circulantes		11.830	18.751
<i>Ativos não circulantes</i>			
Títulos e valores mobiliários	5	207	-
Imobilizado	7	9.670	2.460
Intangível	7	975	160
Total dos ativos não circulantes		10.852	2.620
Total dos ativos		22.682	21.371
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		528	49
Impostos e contribuições sociais	6	137	183
Dividendos a pagar	11	355	208
Outras contas a pagar		21	10
Total dos passivos circulantes		1.041	450
Patrimônio líquido			
Capital social		20.001	20.001
Reserva de lucros		1.140	668
Lucros acumulados		500	252
Total do patrimônio líquido	9	21.641	20.921
Total dos passivos e do patrimônio líquido		22.682	21.371

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Demonstrações do resultado para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais- R\$, exceto lucro por ação)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014 (Não auditado)</u>
Serviços de terceiros		(508)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(26)	-
Despesas operacionais		(534)	-
Resultado da atividade		(534)	-
Receitas financeiras		2.092	1.683
Despesas financeiras		(1)	(7)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		2.091	1.676
Resultado antes dos impostos e contribuições		1.557	1.676
Imposto de renda e Contribuição social	15	(690)	(548)
Lucro do exercício		867	1.128
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária - básico (em R\$ mil)	13	0,0433	0,0564
Lucro por ação ordinária - diluído (em R\$ mil)	13	0,0433	0,0564

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014 (Não auditado)</u>
Lucro do exercício		<u>867</u>	<u>1.128</u>
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício		<u>867</u>	<u>1.128</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>		<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
			<u>Legal</u>	<u>Especial</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)		1	-	-	-	1
Aporte de Capital - AGE 25.02.2014		20.000	-	-		20.000
Lucro do exercício					1.128	1.128
Destinações societárias do exercício:						
Reserva legal		-	44	-	(44)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(208)	(208)
Reserva especial		-	-	624	(624)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)		20.001	44	624	252	20.921
Lucro do exercício					867	867
Destinações societárias do exercício:						
Reserva legal		-	31	-	(31)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(147)	(147)
Reserva especial		-	-	441	(441)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9	20.001	75	1.065	500	21.641

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

**Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota explicativa	2015	2014 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		867	1.128
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social	15	690	548
Variações nos ativos e passivos:			
Aumento no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(278)	(346)
Aumento no saldo de fornecedores		479	49
Aumento no saldo de outras contas a pagar e a receber		10	10
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>1.768</u>	<u>1.389</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(396)	(285)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>1.372</u>	<u>1.104</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	5	(9.907)	-
Adições no imobilizado e intangível	7	(8.025)	(2.620)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos		<u>(17.932)</u>	<u>(2.620)</u>
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital		-	20.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>-</u>	<u>20.000</u>
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>(16.560)</u>	<u>18.484</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		18.485	1
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		<u>1.925</u>	<u>18.485</u>
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>(16.560)</u>	<u>18.484</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Mariana Transmissora de Energia S.A. ("Mariana" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2013, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Mariana - MG, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2013, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 2 de maio de 2014, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 011/2014 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. De acordo com o referido Contrato de Concessão, a previsão para início das operações é maio de 2017.

Desde a assinatura do contrato de concessão, a Companhia vem desenvolvendo projetos técnicos executivos, contratando fornecedores de materiais e serviços de instalação, fabricando equipamentos e desenvolvendo atividades relacionadas ao licenciamento ambiental. O processo de licenciamento teve início em novembro de 2014 e atualmente encontra-se em análise técnica pelo órgão competente. Após emissão da licença de instalação será iniciada a fase de construção da linha de transmissão, com duração estimada de 10 (dez) meses.

Embora haja expectativa de cumprimento do prazo previsto no contrato de concessão firmado, para a entrada em operação da linha de transmissão, a Administração da Mariana encontra-se em tratativas junto à ANEEL buscando revisão de determinadas condições contratuais relacionadas à receita anual permitida, tendo como base os eventuais impactos decorrentes do atraso na emissão da licença de instalação pelo órgão ambiental competente.

A Administração da Companhia não possui expectativa de incorrer em penalidades em eventual atraso caso a data de entrada em operação não seja cumprida, pois entende que este seria decorrente de fatos não imputáveis à Companhia passíveis de comprovação perante à ANEEL (atraso na emissão da licença de instalação). Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nesta data relacionada a este tema.

A Mariana é uma subsidiária integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controladora, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2016.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das Demonstrações Financeiras Societárias e Demonstrações Contábeis Regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), estão descritas na nota explicativa nº 17.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente de acordo com as cotas detidas pela Companhia, nas suas demonstrações financeiras.

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 12 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia atua.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos quando aplicável, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

2.4. Informações por segmento

A Companhia, que atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica, realizará atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, quando finalizar sua construção, que ainda está em andamento (vide nota explicativa nº 1). Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre a quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS, assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 367 de 02 de junho de 2009.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio quando aplicável, é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento - Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na seguinte categoria:

(i) Outros passivos financeiros ao custo amortizado - Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c) Capital social- Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

3.4. Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

3.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 32% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 32% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Lei nº 12.973/2014 (MP 627/2013) - Os dispositivos contidos na Medida Provisória nº. 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei nº12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias, (ii) revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 eliminaria potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, concluiu que a adoção antecipada culminaria na elevação de carga tributária em relação a legislação vigente e, com isso, decidiu em não optar pela aplicação antecipada no exercício de 2014.

A elevação da carga tributária no exercício de 2014 se daria pela mudança introduzida pela referida lei que alterou o art. 15 da Lei nº 9.249/1995 incluindo a alínea e no inciso III do §1º do referido artigo, onde se lê que será aplicado o percentual de 32% para atividades de prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, vinculados a contratos de concessão de serviços públicos. Portanto, o percentual de 8% sobre a receita bruta, acrescida das demais receitas, para determinar a base de cálculo da apuração do Lucro Presumido conforme legislação vigente passaria para 32%, caso a Companhia optasse pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 no ano calendário de 2014.

3.7. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Caixa e bancos	12	12
Aplicações financeiras – Fundo de Investimento	1.913	18.473
	1.925	18.485

A Companhia é participante do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado, que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante, concentrando 100% das suas aplicações financeiras através do referido fundo. A rentabilidade média obtida pelo fundo foi de aproximadamente 101,19% da taxa referencial do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (104,19% em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Taesa, controladora da Companhia, declarou que a liquidez diária das aplicações da Companhia no Fundo Pampulha estava garantida no montante total investido pela Companhia no Fundo Pampulha, sem qualquer risco de perda de principal e juros auferidos. A partir de 30 de junho de 2015, a Administração da Taesa retirou esta garantia, e desta forma os valores investidos pela Companhia passaram a ser classificados de acordo com a liquidez dos títulos e valores mobiliários e apresentados de forma segregada nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante) de acordo com a natureza e liquidez destes instrumentos no Fundo Pampulha.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Fundo Pampulha:		
CDBs, operações compromissadas e debêntures	3.431	-
Letras financeiras - bancos privados	5.412	-
Títulos públicos	1.061	-
Outros	3	-
	9.907	-
Ativo circulante	9.700	-
Ativo não circulante	207	-

6. Impostos e contribuições sociais

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
<u>Ativo Circulante</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	170	251
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	34	15
	204	266
<u>Passivo Circulante</u>		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes	43	173
CSLL, COFINS e PIS - Lei nº 10.833	66	7
Outros	28	3
	137	183

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Imobilizado e intangível

Imobilizado	Valor Bruto em 2014 (Não auditado)	Adições (A) *	Valor Bruto em 2015	Adições Líquidas (A)	Valor Líquido 2015	Valor Líquido 2014 (Não auditado)
Ativo Imobilizado em Curso						
Transmissão						
Máquinas e equipamentos	196	6.199	6.395	6.199	6.395	196
Outros	2.264	1.011	3.275	1.011	3.275	2.264
	2.460	7.210	9.670	7.210	9.670	2.460
Total do Ativo Imobilizado	2.460	7.210	9.670	7.210	9.670	2.460

*Em 31 de dezembro de 2015, nas adições de imobilizado, R\$3.275 referiam-se a adiantamentos a fornecedores.

Intangível	Valor Bruto em 2014 (Não auditado)	Adições (A)	Valor Bruto em 2015	Adições Líquidas (A)	Valor Líquido 2015	Valor Líquido 2014 (Não auditado)
Ativo Intangível em Curso						
Outros	160	815	975	815	975	160
Total do Ativo Intangível	160	815	975	815	975	160

	Taxas anuais médias de depreciação	2015			2014
		Valor Bruto	Deprec. e amortiz. acumulada	Valor líquido	Valor líquido (Não auditado)
Em curso					
Transmissão – Custo histórico	n/a	10.645	-	10.645	2.620
Total do imobilizado e intangível		10.645	-	10.645	2.620

Composição das adições por tipo de gasto capitalizado	Material/ equipamentos	Total
Em Curso		
Máquinas e equipamentos	6.199	6.199
Adiantamentos a fornecedores	1.011	1.011
Total do imobilizado em curso	7.210	7.210

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus acionistas, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração, cujos saldos estão registrados na rubrica "Outras contas a pagar".

a) Passivos e despesas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações com a controladora						
1	Outras contas a pagar x Outras despesa - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x Mariana	R\$ 19 Valor mensal	Nov/2014 a Nov/2018	Multa de 2% ao mês/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
2	Outras contas a pagar x Outras despesas - Reembolso de despesas Taesa x Mariana (*)	R\$ 1	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve	Não houve.
Transações com empresa ligada						
3	Contrato de compartilhamento de instalações - Mariana x CEMIG GT (**)	R\$1.213 Parcela única e R\$50 Valor mensal	Nov/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização pelo IPCA	Não houve	Não houve. Taxa ainda não vigente.
4	Custos com estudos do leilão 13/2013 - Mariana x CEMIG GT	R\$188 Parcela única	N/A	Atualização pelo IPCA	Não houve	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

(**) Em 18 de dezembro de 2015 a Companhia pagou R\$1.267 referentes a custos incorridos na fase de implantação, nas atividades de análise de projeto, atualização de estudos, fornecimento de documentos técnicos, acompanhamento da obra e do comissionamento das instalações de transmissão.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
1	Serviços de "BackOffice" - Taesa x Mariana	19	9	232	9
2	Reembolso de despesas - Mariana x Taesa	1	-	-	-
3	Compartilhamento de instalações - Mariana x CEMIG GT	-	-	1.267	-
4	Custos com estudos do leilão 13/2013 - Mariana x CEMIG GT	-	-	188	-
		20	9	1.687	9

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Fundo de renda fixa – Pampulha

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. O Grupo Taesa, por meio do Fundo, realiza algumas aplicações em títulos emitidos por empresas pertencentes aos seus integrantes conforme detalhado a seguir.

Tipo título	Emissor	Data vencimento	Taxas	Saldos em		Taxa efetiva de rentabilidade	
				31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Aplicações em fundo de investimento exclusivo (Grupo Taesa e Grupo Cemig)							
Debêntures	AXXIOM	29/01/2017	109% do CDI	97	134	14,5%	11,8%
Debêntures	CEMIG GT	15/07/2018	CDI + 1,60%	459	-	15,0%	-
Debêntures	CEMIG GT	23/12/2016	CDI + 0,85%	427	606	14,2%	11,8%
Debêntures	CEMIG GT	15/02/2017	CDI + 0,90%	93	129	14,3%	11,8%
Debêntures	Ativas	01/07/2017	CDI + 3,50%	419	-	17,2%	-
Debêntures	ETAU	01/12/2019	108% do CDI	86	122	14,4%	0,7%
Debêntures	Brasnor	22/06/2016	108% do CDI	24	-	14,4%	-
NC	Cemig Telecom	14/12/2015	110,4% do CDI	-	61	13,9%	-
Debêntures	Guanhães	20/10/2014	106% do CDI	-	-	-	11,5%
NP	Guanhães	11/10/2014	110% do CDI	-	-	-	12,0%
NC	CEMIG GT	22/06/2015	106,8% do CDI	-	257	-	11,6%
				1.605	1.309		

9. Patrimônio líquido

Capital Social

Capital social – Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social totalmente integralizado era de R\$20.001, representado por 20.001.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1 (um real) por ação.

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesa	20.001	100,00
Total	20.0001	100,00

Reserva de lucros

a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Outras reservas de lucros (reserva especial) - constituídas com todo ou parte do lucro apurado com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil remanescente com a finalidade de: (i) compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável ou estimável; e (ii) utilização futura em conformidade com o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral. O aludido orçamento poderá ser aprovado anualmente em Assembleia Geral Ordinária - AGO que delibera sobre as demonstrações financeiras societárias do exercício.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Lucros acumulados

O saldo desta rubrica, na contabilidade regulatória, refere-se à diferença entre o resultado auferido nas demonstrações societárias e o das demonstrações regulatórias.

10. Cobertura de Seguros

A Companhia contratou seguro garantia de fiel cumprimento para garantia de indenização, até o valor fixado na apólice, dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão oriundo do edital de leilão nº 013/2013 – ANEEL, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Apólices vigentes em 31/12/2015	Seguradora	Vigência	LMI (a)
Seguro Garantia de Fiel Cumprimento	J. Malucelli Seguradora S.A	01/04/2014 a 01/07/2017	5.350

(a) LMI - Limite máximo de indenização.

11. Dividendos a pagar

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Dividendos a pagar à Taesa	355	208

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2015, os dividendos mínimos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo circulante no valor de R\$147 (R\$208 em 31 de dezembro de 2014).

12. Instrumentos financeiros

12.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de mercado (risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos períodos apresentados.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

12.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Ativos financeiros		
<i>Mensurados a valor justo por meio de resultado</i>		
- Caixa e equivalentes de caixa	1.925	18.485
- Títulos e valores mobiliários	9.700	-
<i>Mantidos até o vencimento</i>		
- Títulos e valores mobiliários	207	-
	11.832	18.485
Passivos financeiros		
<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
- Fornecedores	528	49

12.4. Riscos de mercado

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

12.5. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

12.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade apresentadas foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos, não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Taxa anual acumulada até 31/12/2015	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI (i)	13,24%	13,75%	10,31%	6,88%

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 22 de janeiro de 2016.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos Risco: queda da taxa	Saldo em 31/12/2015	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a dezembro de 2014 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - CDI</i>	11.820	60	(346)	(752)

12.7. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado considerando as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos.

Com relação ao risco de crédito do ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas, pois o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

12.8. Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Os principais riscos operacionais (fase de construção) que a Companhia está exposta são:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - onde a Companhia possa ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais.

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implementação de contratos para mitigar os riscos operacionais.

12.9. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	31/12/2015		31/12/2014 (Não auditado)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.925	1.925	18.485	18.485
Títulos e Valores Mobiliários	5	9.907	9.907	-	-
		11.832	11.832	18.485	18.485
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores		528	528	49	49

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros reconhecidos pela Companhia a valor justo por meio de resultado foram classificados no Nível 2, conforme detalhado a seguir.

Caixa e equivalentes de caixa: contas correntes valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia entende que os valores justos dos demais instrumentos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Resultado por ação

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Lucro do exercício	867	1.128
Quantidade de ações ordinárias	20.001	20.001
Resultado por ação ordinária - básico (em R\$)	0,04334	0,05639
Resultado por ação ordinária - diluído (em R\$)	0,04334	0,05639

A companhia não possui instrumentos financeiros com efeito dilutivo.

14. Compromissos assumidos

Aspectos ambientais - Em 18 de novembro de 2014, foi protocolado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento Linha de Transmissão 500 kV – Itabirito 2 / Vespasiano 2, junto à Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM), órgão responsável para efetuar o processo de Licenciamento Ambiental. Foram anexados aos autos a anuência, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), documento necessário a emissão da Licença Prévia (LP), cuja expedição está prevista para o primeiro semestre de 2016.

15. Imposto de renda e Contribuição social

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(690)	(548)

Correntes - a Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	31/12/2015		31/12/2014 (Não auditado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Renda de aplicação financeira	2.092	2.092	1.683	1.683
Outros	7	7	-	-
Base de cálculo	2.099	2.099	1.683	1.683
Imposto de renda - 15%	315	-	253	-
Adicional de imposto de renda - 10%	186	-	144	-
Contribuição social - 9%	-	189	-	151
Total de despesa	501	189	397	151
Total de IRPJ e CSLL		690		548

16. Outras informações

Aprovação do REIDI – O Aviso de Homologação e Adjudicação nº 13/2013 - ANEEL, de 04 de fevereiro de 2014 e o Contrato de Concessão ANEEL nº 011/2014, de 02 de maio de 2014, concederam à Mariana Transmissora de Energia S.A. autorização para a construção das infraestruturas, bem como estabeleceram os valores das parcelas da Receita Anual Permitida - RAP. A Portaria MME nº 182, de 24 de julho de 2014, aprovou o enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, e sua habilitação por parte da Receita Federal do Brasil foi concedida através do Ato Declaratório Executivo nº 394, de 27 de outubro de 2014.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as praticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão:

	Nota <u>explicativa</u>	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Não auditado)	Ajustes (Não auditado)	Societário
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		1.925	-	1.925	18.485	-	18.485
Títulos e valores mobiliários		9.700	-	9.700	-	-	-
Impostos e contribuições sociais		204	-	204	266	-	266
Outras contas a receber		1	-	1	-	-	-
Total dos ativos circulantes		11.830	-	11.830	18.751	-	18.751
<i>Ativos não circulantes</i>							
Títulos e valores mobiliários		207	-	207	-	-	-
Ativo financeiro	(i)	-	11.313	11.313	-	2.770	2.770
Imobilizado	(iv)	9.670	(9.670)	-	2.460	(2.460)	-
Intangível	(iv)	975	(975)	-	160	(160)	-
Total dos ativos não circulantes		10.852	668	11.520	2.620	150	2.770
Total dos ativos		22.682	668	23.350	21.371	150	21.521

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial

	Nota Explicativa	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Não auditado)	Ajustes (Não auditado)	Societário
Passivos							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		528	-	528	49	-	49
Impostos e contribuições sociais		137	-	137	183	-	183
Dividendos a pagar		355	-	355	208	-	208
Outras contas a pagar		21	-	21	10	-	10
Total dos passivos circulantes		1.041	-	1.041	450	-	450
<i>Passivos não circulantes</i>							
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	875	875	-	301	301
Tributos diferidos	(iii)	-	293	293	-	101	101
Total dos passivos não circulantes		-	1.168	1.168	-	402	402
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		20.001	-	20.001	20.001	-	20.001
Reserva de lucros		1.140	-	1.140	668	-	668
Lucros acumulados		500	(500)	-	252	(252)	-
Total do patrimônio líquido	(v)	21.641	(500)	21.141	20.921	(252)	20.669
Total dos passivos e do patrimônio líquido		22.682	668	23.350	21.371	150	21.521

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Nota Explicativa	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Não auditado)	Ajustes (Não auditado)	Societário
Construção e indenização		-	4.931	4.931	-	2.718	2.718
Remuneração do ativo financeiro		-	337	337	-	52	52
Receita bruta	(vi)	-	5.268	5.268	-	2.770	2.770
PIS e COFINS		-	(192)	(192)	-	(101)	(101)
Tributos e encargos	(vii)	-	(192)	(192)	-	(101)	(101)
Receita líquida		-	5.076	5.076	-	2.669	2.669
Material		-	(4.751)	(4.751)	-	(2.620)	(2.620)
Custos operacionais	(viii)	-	(4.751)	(4.751)	-	(2.620)	(2.620)
Serviços de terceiros		(508)	-	(508)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(26)	-	(26)	-	-	-
Despesas operacionais		(534)	-	(534)	-	-	-
Resultado da atividade		(534)	325	(209)	-	49	49
Receitas financeiras		2.092	-	2.092	1.683	-	1.683
Despesas financeiras		(1)	-	(1)	(7)	-	(7)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		2.091	-	2.091	1.676	-	1.676
Resultado antes dos impostos e contribuições		1.557	325	1.882	1.676	49	1.725
Imposto de renda e contribuição social	(ix)	(690)	(573)	(1.263)	(548)	(301)	(849)
Lucro do exercício	(x)	867	(248)	619	1.128	(252)	876
Lucro por ação							
Lucro por ação ordinária - básico		0,0433	(0,0124)	0,0309	0,0564	(0,0126)	0,0438
Lucro por ação ordinária - diluído		0,0433	(0,0124)	0,0309	0,0564	(0,0126)	0,0438

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo financeiro

A Companhia vem adotando nas suas demonstrações financeiras societárias para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão à interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão. Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente ao IAS 18) e a interpretação ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pela ICPC 01 (R1); e
- que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

(v) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2015	2014 (Não auditado)
Patrimônio líquido societário	21.141	20.669
Ativo financeiro (ICPC 01)	(11.313)	(2.770)
Imobilizado, intangível e investimentos (ICPC 01)	10.645	2.620
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01)	875	301
Tributos diferidos – Pis e Cofins (ICPC 01)	293	101
Patrimônio líquido regulatório	21.641	20.921

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso referentes ao Pis e Cofins diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IR e CS diferidos.

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 19.486.977/0001-99

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(x) Lucro do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do lucro societário e regulatório	2015	2014 (Não auditado)
Lucro societário	619	876
Receita bruta (ICPC 01)	(5.268)	(2.770)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01)	192	101
Depreciação e amortização (ICPC 01)	-	-
Custos operacionais - Materiais (ICPC 01)	4.751	2.620
Resultado de equivalência patrimonial (ICPC 01)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01)	573	301
Lucro regulatório	867	1.128

* * * * *